

## **Fundo de Protecção de Recursos Hídricos**

### **ACORDO DE PARCERIA E COLABORAÇÃO TÉCNICA relativo à PROTECÇÃO DOS RECURSOS HIDRICOS**

**Entre a**

**ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO TEJO, I.P.**

**e a**

**CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA DE PERA**

**ABRIL DE 2011**



A gestão integrada dos recursos hídricos assenta na protecção das componentes ambientais da água e na valorização dos recursos hídricos como um elemento focal catalisador da sustentabilidade.

Assim, procurando uma concertação de interesses e objectivos é celebrada a presente parceria entre a Administração da Região Hidrográfica do Tejo I.P. (ARH do Tejo I.P.) e a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, visando levar a efeito intervenções reconhecidas como necessárias e urgentes e que permitam, com eficiência, cumprir objectivos de conservação e protecção dos recursos hídricos.

Neste contexto, foi instituído no quadro do regime económico-financeiro previsto na Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro (Lei da Água), um Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos, concretizado no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de Junho, enquanto destino de parte importante da Taxa de Recursos Hídricos. Devolve-se assim aos cidadãos e afecta-se à protecção e conservação dos ecossistemas, ao financiamento das actividades que tenham por objectivo melhorar a eficiência do uso da água e a qualidade dos recursos hídricos e à salvaguarda de pessoas e bens, um montante associado a assegurar a perenidade do recurso e o melhor usufruto, num exercício de perequação nacional dos resultados da Taxa de Recursos Hídricos.

A ARH do Tejo, I.P. reconhece que a proposta Requalificação das Margens e Leito da Ribeira de Pera, apresentada pela Câmara Municipal de Castanheira de Pera se reveste de grande importância sob o ponto de vista da protecção dos recursos hídricos, pelo que se disponibiliza para colaborar com esta autarquia visando estes fins.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro (alterado pelos Decretos-Lei n.º 157/90, de 17 de Maio e 319/2001, de 10 de Dezembro), entre a ARH do Tejo, I. P., representada neste acto pela Vice-Presidente Simone Ferreira Pio, em substituição do Presidente ao abrigo do disposto no n.º 2, do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio e a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, aqui representado pelo seu Presidente Fernando José Pires Lopes, é celebrado o presente Acordo de Colaboração Técnica no âmbito da protecção dos recursos hídricos que se rege pelas cláusulas seguintes:



### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

#### *Objecto*

1. Constitui objecto do presente Acordo de Colaboração Técnica, adiante sempre designado por Acordo, a concretização das acções de Requalificação do Leito e Margens da Ribeira de Pera, no concelho de Castanheira de Pera.
2. Para efeitos do presente Acordo a Câmara Municipal de Castanheira de Pera é considerada a dona da Obra.

### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

#### *Período de vigência*

Sem prejuízo de eventual revisão deste Acordo a consensualizar entre as partes que o subscrevem, o respectivo período de vigência decorre desde a data da sua assinatura até 31 de Maio de 2012, sem prejuízo pelo disposto no n.º 2 da cláusula 4.<sup>a</sup>

### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

#### *Responsabilidade Financeira*

1. A Câmara Municipal de Castanheira de Pera candidatará ao FPRH um programa de trabalhos no valor global de 136.074,82 €, valor que inclui o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor (IVA);
2. O eventual apoio financeiro a prestar para os efeitos previstos na candidatura a submeter ao Fundo é assegurado por este, nos termos da legislação em vigor.

### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

#### *Direitos e obrigações das partes*

1. No âmbito do presente Acordo, compete à ARH do Tejo, I. P.:
  - a) Emitir parecer vinculativo sobre estudos e projectos de execução, referentes às intervenções abrangidas pelo presente Acordo;
  - b) Emitir os títulos de utilização dos recursos hídricos a que houver lugar, nos termos da





legislação aplicável em vigor;

- c) Prestar o apoio técnico que lhe for solicitado pela Câmara Municipal de Castanheira de Pera;
  - d) Colaborar com a fiscalização das acções a desenvolver nas áreas identificadas no projecto, sem prejuízo da manutenção dos poderes do dono de obra.
2. No âmbito do presente Acordo, compete à Câmara Municipal de Castanheira de Pera, na qualidade de dona da obra:
- a) Promover os procedimentos administrativos necessários à adjudicação dos estudos, projectos ou obras com absoluto respeito pelo disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP) e demais legislação em vigor, (quando aplicável);
  - b) Exercer os poderes e assumir as responsabilidades inerentes à qualidade de dono da obra, garantindo a conclusão dos trabalhos dentro do prazo previsto das acções e investimentos que integram o projecto, bem como o licenciamento prévio sempre que legalmente exigido;
  - c) Fiscalizar a execução das obras directa ou conjuntamente com o representante da ARH do Tejo I.P.;
  - d) Submeter à ARH do Tejo I.P, para análise e parecer, a programação material e financeira dos trabalhos assim como de todas as alterações que se mostrem justificadas, nomeadamente:
    - Beneficiação, em cada margem da ribeira, através do controlo da vegetação espontânea, bem como da vegetação degradada, de forma a manter as condições ecológicas e promover o escoamento das águas;
    - A reinstalação da galeria ripícola, onde esta é inexistente, é outra das acções a realizar, através da plantação de espécies autóctones, promovendo a estabilidade dos terrenos pela acção agregadora das raízes, na retenção de partículas do solo, constituindo locais de refúgio para restabelecer as populações animais e vegetais, depuradores da água, assim como contribuem também para a prevenção de fogos;
    - O controlo e erradicação de acácias também serão efectuados, pois estas infestantes lenhosas põem em risco a manutenção dos habitats, nomeadamente habitats ripícolas, pois abafam-nos totalmente, impedindo o seu desenvolvimento. A metodologia utilizada será o controlo físico, em plântulas e indivíduos jovens, serão arrancados, tendo em atenção para que a raiz não fique no solo, em



indivíduos adultos irá proceder-se ao descasque de cerca de 70 a 100 cm até ao solo;

- Ao longo dos troços irá proceder-se também à poda de alguns ramos pendentes sobre o leito da ribeira e ramos debilitados;
- As acumulações de ramagens e troncos no leito da ribeira, bem como o material sobranço das podas, de ramos pendentes sobre o leito da ribeira, serão retiradas, manualmente, para locais de deposição, junto aos caminhos de acesso à ribeira, sendo posteriormente triturados, de forma a contribuir para a fertilidade do solo;
- A reconstrução do muro de pedra desmoronado para o leito da ribeira, é outra das acções a realizar, recorrendo ao método artesanal, apenas com juntas em argamassa de cimento, dando alguma resistência a esta estrutura, no entanto deixa-se as pedras à vista para evitar impactes negativos nesta paisagem.

3. Relativamente às verbas, anexa-se a estimativa orçamental afecta a esta candidatura.

#### **Cláusula 5.ª**

##### *Dotação Orçamental*

A verba a despendar para a concretização do presente Acordo será executada através do Fundo de Protecção de Recursos Hídricos, que assegurará a comparticipação financeira do Estado na execução do projecto de investimento objecto do mesmo.

#### **Cláusula 6.ª**

##### *Publicidade do Financiamento e Apoio Técnico*

O dono da obra obriga-se a colocar no local dos trabalhos a informação pública necessária conforme modelo a fornecer pelo FPRH.

**Cláusula 7.<sup>a</sup>**

*Resolução do Acordo*

1. O incumprimento, por qualquer das partes, das obrigações assumidas no âmbito do presente Acordo, pode dar origem à sua resolução.
2. Verificada uma situação de incumprimento dos termos deste acordo e por causa imputável à Câmara Municipal de Castanheira de Pera, todas as verbas já transferidas são obrigatoriamente devolvidas ao FPRH.

**Cláusula 8.<sup>a</sup>**

*Omissões*

Em tudo o que for omissa no presente Acordo observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro (alterado pelos Decretos-Lei n.º 157/90, de 17 de Maio e n.º 319/2001, de 10 de Dezembro), e demais legislação aplicável.

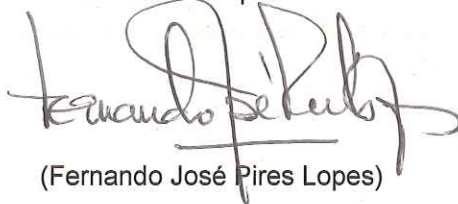
Lisboa, 28 de Abril de 2011

A Vice-Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.



(Simone Ferreira Pio)

O Presidente da Câmara Municipal de Castanheira de Pera



(Fernando José Pires Lopes)